CIRCULANTE

Caixa e bancos

Aplicações financeiras

Contas a receber de clientes

Estoques de almoxarifado

Estoque Produtos de Terceiros

Tributos a recuperar/compensar ... Concessão de D. R. Uso

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Desapropriação de imóveis a receber Valores bloqueados pela justiça Depósitos judiciais

(-) Provisão p/ Devedores Duvidosos IMOBILIZADO LÍQUIDO

IMOBILIZADO BRUTO...... (-) Depreciação Acumulada ... INTANGÍVEL

TOTAL DO ATIVO

Despesas antecipadas Adiantamentos concedidos

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Atendendo às exigências da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da
Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG, a
Administração da Companhia apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício de 2011, emitidas com base
nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes da Lei n.º 6.404/

76 e as suas alterações posteriores.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Análise do Desempenho Financeiro da CASEMG - 2011/2010 - Durante o exercício de 2011, apesar da economia brasileira ter registrado, com relação ao exercício de 2010, uma desaceleração no ritmo de crescimento conforme já indicava o último trimestre daquele exercício, os cálculos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) situam o avanço do PIB em 3%. Segundo este instituto, cinco fatores foram determinantes para a desaceleração do crescimento da economia: a apreciação do real, o aperto monetário iniciado no final de 2010, as características da política fiscal em 2011 em relação a 2010, o acúmulo de estoques em 2011 e a crise econômica na Europa. Num ambiente econômico ainda favorável ao Brasil, se comparado às economias da Zona do Euro e dos USA, o país mantém sua produção agropecuária entre as mais prósperas do planeta. A safra 2010/2011 levou o país a um novo recorde na produção de grãos, conforme dados da Secretaria de Política Agrícold do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Considerações Sobre o Resultado do Exercício - Com a conjuntura econômica favorável, o desempenho da Companhia também alcançou

2011 158.734.068 25.210 159 540.747 1.217.996

156 109 942

76.008

101.404

23.960.536 2.429.154

1.213.008

121.757

845,445

439.738 21.147.705 148.742.072

127.594.367

182,694,605

18

18

	KEEMTORIO DA	1110111111110	miçno			
Social da SEMG, a ninistração com base n.º 6.404/ o exercício de a o último a Aplicada ores foram eciação do fítica fiscal niômica na parado às uária entre recorde na nistério da la seconda de la se	resultado positivo, com incremento substancial da Receita Operacional Bruta, da ordem de 13,24% se comparada à obtida em 2010, atingindo a cifra nominal superior a R\$ 19 milhões, isso em função do aumento da demanda pela armazenagem, registrando um Lucro Bruto da ordem de R\$ 3 milhões no exercício, superior em 62,31% ao verificado em 2010. Contudo, não obstante os esforços despendidos, or resultado ainda não foi o suficiente para cobertura com sobra dos custos totais da Companhia, resultando prejuízo ao final do exercício de R\$ 4.798.616. Considerações sobre a Situação Patrimonial Cabe enfatizar que a gestão administrativa em 2011 foi profícua também na gestão patrimonial. Tem-se que os ativos imobiliários totais da Companhia somam 41 imóveis, dos quais 22 são ocupados por unidades ativas. Considerando-se que muitos bens patrimoniais apresentavam, de longa data, pendências de regularização documental e registral, foi instituída uma Comissão Interna objetivando agilizar as regularizações dos imóveis, cujos trabalhos resultaram na recuperação da propriedade daqueles localizados nos municípios mineiros de Governador Valadares, Muriaé e Três Pontas Considerações Finais - Na opinião da Administração, as ações empreendidas e os resultados obtidos, em 2011, validam o modelo de negócios adotados como estratégia para converter em realidade a Missão que norteia a Companhia: "Viabilizar soluções de armazenagem e transbordo, agregando valor sustentávela ao agronegócio". Acredita-se que a medida que ainda falta à CASEMG e que será fundamental para o reconhecimento do seu trabalho, é a distribuição de dividendos para seus acionistas, a médios e longos prazos, fator de ampliação e fortalecimento do volume de seus negócios, pois, quanto maior este volume, mais forte será reconhecida a					
Exercício m alcançou	marca CASEMG, conforme preconizado pela su					
,		a visão de i	uturo. Sermos	reconnections	-	
	n 31 de Dezembro - Em Reais	** .		****	-	
2010 59.386.242	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE	Nota	$\frac{2011}{162.118.027}$	$\frac{2010}{161.552.246}$		
112.657	Fornecedores		460.051	712.161		
833.685	Salários e contribuições previdenciárias .		1.160.910	1.045.892		
1.342.379	Obrigações tributárias	19	238,438	155.284		
67.636	Estoque Produtos de Terceiros	5	156.109.942	155.865.357		
55.865.356	Parcelamento REFIS	20	241.361	102,520		
176.411	Parcelamento Fornecedor		116.067	357,169		
38.641	Provisão para contingências/cíveis	21	1.820.998	3.237.222		
320,742	Acordos Trabalhistas	21	1.900.385	-		
32.000	Pensões Judiciais	21	3,482	_		
46.798	Outras Obrigações a curto prazo		66.392	76.640		
500.000	NÃO CIRCULANTE		2.471.000	2.196.164		
49.936	Provisão para contingências	21		136.611		
27.283.381	Acordo Trabalhista	21	399.314	-		
2.895.141	Parcelamento REFIS	20	2.071.686	1.943.486		
683.489	Parcelamento Fornecedor		-	116.067		
696.840	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		18.105.578	22.921.214		
345.887	Capital Social	24	26.814.711	26.814.711		
	() Desinface Asymptotics					

816.255 112.403 539.439 299.171

24.388.240 149.222 355

124.834.115

186,669,623

ASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO Fornecedores Salários e contribuições previdenciárias . 1.160.910 1.045.892 156 109 942 155 865 357 102.520 357.169 Parcelamento Fornecedor 116.067 Provisão para contingências/cíveis Acordos Trabalhistas 3.237.222 1.900.385 Pensões Judiciais Outras Obrigações a curto prazo..........ÃO CIRCULANTE 76,640 2.471.000 399.314 Parcelamento REFIS ... 2 071 686 1.943.486 Parcelamento FornecedorATRIMÔNIO LÍQUIDO 18.105.578 26.814.711 Capital Social(-) Prejuízos Acumulados 8.709.133

(R. L. Prazo)
Os saldos de R\$ 446.892 em 2011 e de R\$ 539.439 em 2010, decorrem de valores a receber

relativos ao faturamento de duplicatas de clientes em cobrança judicial. Em 2011, foram feitos acordos judiciais e recebidos R\$ 102.039, sendo parte (R\$ 77.939) contabilizados na

NOTA 17 - PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS (R. L. Prazo).
Constituída a provisão para perdas com base na Lei nº. 9,430/96 e Instrução Normativa SRF 93/97, para fazer face às perdas no recebimento dos créditos de Duplicatas a Receber em Cobrança Judicia!" no Ativo Não Circulante. Em 2011, ocorreu reversão de baixa de R\$ 4.401 devido a desistência da ação de cobrança por faturamento indevido; R\$ 77-939 relativo acordo firmado com cliente conforme citado na Nota 16, e ainda foram provisionadas perdas de R\$ 222.907 que são relativas às duplicatas vencidas e não liquidadas até 31/12/2009, totalizando o saldo de R\$ 439.738.

Provisão n/ Devedores de Liquidação Duvidosos

Provisão p/ Devedores de Liquidação Duvidosos

depreciação

10%

10%

20%

47.245.708

1.840.586

89.293.460

148,742,072

127.594.367 **21.147.705**

2011

138.092

84.684

210.633

14.224

reversão de Provisão para Devedores Duvidosos em conta de Resultados. NOTA 17 - PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS (R. L. Prazo)

NOTA 18 - IMOBILIZADO/INTANGÍVEL (Ativo não Circulante)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 - Em reais

bem penhorado. Apesar da expectativa de êxito pelo setor jurídico da Companhia os valores foram baixados nos termos da resolução Conselho Federal de Contabilidade - CFC 1180/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 que determina no item 31 que

299.171

(77.939 (4.401 222.907

2010 587.337 8.952.274

47.685.838

1.788.088

89.093.611

149,222,356

124.834.115 24.388.240

210.633

1.568 412.327

182,694,605 186,669,623

a entidade não deve reconhecer ativo contingente. NOTA 16 - DUPLICATAS A RECEBER DE CLIENTES EM COBRANÇA JUDICIAL

Saldo Inicial

(-) Depreciação Acumulada
TOTAL IMOBILIZADO
INTANGÍVEL
Direitos e Propriedades
TOTAL INTANGÍVEL

Armazéns e Silos ..

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG é uma sociedade por ações, constituída através da Lei nº, 1643 de 06 de setembro de 1957, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, com capital social subscrito e integralizado. Quanto à sua estrutura física, esta é composta de vinte e duas (22) Unidades de Armazenagem e Negócios no Estado de Minas Gerais. Tem como principal objetivo armazenagem e Negócios no Estado de Minas Gerais. Tem como principal objetivo armazenagem e nesilar produtos do agronegócio, bem como exercer o comércio de produtos similares aos recebidos em depósitos, na forma do Decreto nº. 3855 de 03 de julho de 2001.

Em 26 de maio de 2000, mediante contrato de compra e venda, realizou-se a transição acionária do Governo do Estado de Minas Gerais para a União, não havendo qualquer modificação das atividades operacionais. Encontra-se a empresa incluída no PND - Programa Nacional de Desestatização, cujo processo de caracterização de federalização apresenta-se atualmente em trâmite no Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade

CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância das normas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, Lei das Sociedades por Ações, 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/2009. As demonstrações contábeis integram as alterações trazidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Pronunciamentos Contábeis - CPC e pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
3.1. Ativos circulantes e não circulantes - São apresentados por valores de custo ou de realização, e incluem quando requerido, as variações monetárias e rendimentos. Estão classificados no circulante os ativos cuja realização ou recebimento dar-se-á em período inferior a um ano e no não circulante os ativos cuja realização dar-se-á em período superior a um ano e ainda os investimentos em ativo imobilizado. 3.1.1. Disponibilidades e aplicações financeiras - Estão avaliadas ao custo, sendo as aplicações financeiras demonstradas pelos valores aplicação (MN nº. 3284/2005 a Companhia efetua aplicação em fundos de investimentos administrados pelo Banco do Brasil 3.1.2. Contas a receber - São apresentados pelos respectivos valores de realização, bem como da provisão para perdas para fazer face às eventuais perdas no recebimento dos créditos. As estimativas para perdas foram feitas de acordo com a Lei nº. 9.430/96. 3.1.3. Estoques de almoxarifado - Os estoques estão representados por materiais de manutenção e consumo para as Unidades Armazenadoras.

3.1.4. Estoque de mercadoria de terceiros - São estoques de mercadorias de propriedade de terceiros armazenadas na Companhia. 3.1.5. Imobilizado - Demonstrado pelo custo ea aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando as estimativas de vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto Federal nº. 3.000/99 e na Instrução Normativa SRF nº. 162/98. 3.1.6. Demais ativos circulantes e não circulantes - Os demais ativos circulantes e realizáveis em longo prazo são demonstrados pelo valor de custo ou líquido de realização, dos dois o menor e, incluem quando aplicável os rendimento de competência de exercício.
NOTA 4 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (Ativo Circulante) O saldo de R\$ 1.217.996 em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 1.342.379 em 31 de dezembro de 2010 referem-se a valores a receber de clientes, decorrentes da prestação de serviços de armazenagem e transbordo de produtos e não recebidos até 31 de dezembro, conforme

POSICÃO POSICÃO UNIDADES ARMAZENADORAS EM 2011

EM 2010Araguari Bonfinópolis 22.302

Buritis	68.947	-
Capinópolis	113.290	80.349
Centralina		-
Conceição das Alagoas	34.951	60.676
Frutal	31.763	85.997
Ituiutaba	153.780	105.556
Monte Carmelo	168.515	146.364
Paracatu	64.846	58.042
Passos	6.000	8.484
Patos de Minas	22.370	115.829
Patrocínio	114.379	154.386
Sacramento	6.000	16.432
Santa Vitória	6.144	4.716
Tupaciguara	43.569	12.178
Uberaba	65.774	159.123
Uberlândia	275.579	231.844
Unaí	3.584	-
TOTAL	1.217.996	1.342.379
NOTA 5 - ESTOQUE DE PRODUTOS DE TERCEIROS	(Ativo Circula	ante/Passivo
Circulante)		
Nesta conta estão contabilizados os saldos de estoques de	e produtos arma	azenados, de
acordo com o Registro de Inventário das Unidades de Ar		
sendo de R\$ 156.109.942 em 31/12/2011 e R\$ 155.865.35		
NOTA 6 - TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR		
O total de R\$ 212.576 está composto por: R\$ 189.551 relat	tivo a retenção	na fonte por
empresa pública conforme lei 10.833/2001, cuia compen-		

empresa pública conforme lei 10.833/2001, cuja compensação será feita na guia de recolhimento dos impostos devidos pela Companhia; ISSQN a recuperar de R\$ 241 proveniente de recolhimento a maior, o qual encontra-se em processo de verificação pela Prefeitura local; e IRRF a recuperar de R\$ 22.784 retido sobre rendimentos de

aplicações financeiras a ser compensado com outros tributos federais.
NOTA 7 - CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO (Ativo Circulante) Refere-se ao saldo a receber de contratos de Concessão de Direito Real de Uso firmados pela Companhia no total de R\$ 98.484 em 2011 e R\$ 32.000 em 2010. NOTA 8 - RESSARCIMENTO DE CLIENTES (Ativo Circulante)

NOTA 3 - RESSARCIMENTO DE CLIERTIES (AUVO CITCUIANTE)
Os saldos de R\$ 101.404 em 2011 e R\$ 46.798 em 2010 referem-se a valores a serem
ressarcidos por clientes pelos serviços de carga e descarga executados por trabalhadores
avulsos com intermediação do Sindicato de Braçagistas e respectivos encargos sociais,
bem como a energia elétrica e os tributos recuperáveis previstos em cláusulas contratuais.
NOTA 9 - PRECATÓRIO A RECEBER (Ativo Circulante)

NOTA 9 - PRECATORIO A RECEBER (Ativo Circulante)
Em 2011, foi recebido o saldo remanescente de R\$ 500.000, referente ao acordo firmado
em 2008 com a Prefeitura Municipal de Muriaé oriundo de precatório pela desapropriação
do imóvel em 1991, até então sub-júdice, sendo homologado o pagamento pelo demandado
de R\$ 1.900.000, e ainda a devolução do imóvel para o ativo imobilizado da Companhia.
O Município ainda não fez a devolução do imóvel conforme previsto no Precatório nº.
0772000. Diante disso, a Companhia já solicitou perante o Tribunal de Justiça de Minas
Gerais o cumprimento do acordo.

NOTA 10 - OUTROS CRÉDITOS E VALORES A RECEBER (Ativo Circulante) Conforme discriminamos abaixo, o saldo de R\$ 2.303 trata-se de depósito judicial da impugnação de protesto contra fornecedor, que alegou falta de pagamento de obrigações, o processo e encontra-se em andamento. Enquanto, o saldo do "Convênio com o Município de Jaíba" foi liquidado e o convênio extinto.

2010 Depósitos judiciais Restituíveis Convênio com Município de Jaíba Sindicato dos Braçagistas de Uberlândia 11.500

NOTA 11 - DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS A RECEBER EM COBRANÇA JUDICIAL (R. L. Prazo) 2011 Prefeitura Municipal de Governador Valadares 683.48

do imóvel, tendo sido proposta a ação de reintegração de posse e indenização por perdas e danos, encontra-se pendente o ajuste entre o valor recebido pela CASEMG à época da desapropriação (R\$ 340.000,00) e o valor a receber do Município pela utilização do

imóvel desde a época da desapropriação. NOTA 12 - DEPÓSITOS JUDICIAIS/VALORES BLOQUEADOS PELA JUSTIÇA

O saldo de R\$ 1.213.008 em 2011 e de R\$ 696.840 em 2010 são de valores bloqueados pela justiça do trabalho, para garantia de parte do pagamento de indenizações de ações que estão sub-júdice. Em dezembro de 2011, o saldo de depósitos judiciais de R\$ 241.790 e 2010 de R\$ 345.887, decorrem de depósitos recursais relativos à ações trabalhistas e cíveis. NOTA 13 - INSS A COMPENSAR (R. L. Prazo) NOTA 13 - INSS A CUMPENSAK (R. L. Prazo)
O valor de RS121.757 é relativo ao recolhimento de INSS efetuado pela Companhia,
incluído indevidamente no REFIS, cujo processo administrativo encontra-se protocolado

na Receita Federal do Brasil para compensação na dívida. NOTA 14 - CRÉDITO A COMPENSAR COM IMPOSTOS MUNICIPAIS (R. L. Prazo) O montante de R\$ 845.445 refere-se ao crédito apurado no registro da Escritura Pública de Confissão e Compensação de Débitos recíprocos firmada entre a Prefeitura Municipal de Frutal e a CASEMG. Conforme consta na escritura a diferença do crédito

Municipal de Frutal e a CASEMG. Conforme consta na escritura a diferença do crefito a favor da CASEMG será revertido a tífulo de compensação de débitos de IPTU, incidentes sobre os imóveis de propriedade da Companhia na cidade de Frutal, e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, que incide sobre o faturamento dos serviços prestados de armazenagem.

Devido ao descumprimento do acordo por parte de município de Frutal, foram ajuizadas pela Companhia as acôse captíveis. NOTA 15 - COBRANCAS JUDICIAIS (R. L. Prazo) NOTA 15 - COBRANÇAS JUDICIAIS (R. L. Prazo)
Os saldos existentes em 31 de dezembro de 2010 em cobrança judicial de R\$112.402
(Município de Felixlândia e Oliveiro Fernando Nogueira Lima) decorrem de valores a receber relativos às concessões de direito real de uso em cobrança judicial. A ação contra o Município de Felixlândia tem sentença favorável no valor de R\$ 90.000, restando apenas o julgamento de embargos de execução. Da mesma forma, a ação contra Oliveiro Fernando Nogueira Lima, com pedido julgado procedente, o processo se encontra em fase de cumprimento de sentença. Foi determinado pelo Juiz o leilão do

TOTAL 238.438 155.284
Os saldos de IRRF/COFINS/PIS e outros impostos retidos referem-se à provisão de impostos da competência de dezembro/2011 a serem pagos. O valor do IPTU de R\$ 15.662 e parte do ISSON de R\$ 59.503 relativos aos exercícios de 2010 e 2011, referem-se aos valores a compensar do acordo firmado através da Escritura de Quitação e Compensação de Débitos Recíprocos não cumpridos pelo Município de Frutal, cuja ação foi ajuizada pela Companhia. NOTA 20 - PARCELAMENTO DO REFIS (Passivo Circulante e Não Circulante) NOTA 20 - PARCELAMENTO DO RETIS (Passivo Circulante e Não Circulante) Esta conta é composta por débitos de INSS, COFINS, PIS e FUNDAF de exercícios anteriores a 2000 incluídos no REFIS cuja dívida foi reparcelada em cento e vinte (120) meses conforme consolidação em 2011 pela Receita Federal do Brasil - RFB, nos termos da Lei nº. 11.941/2009, sendo a mesma atualizada com juros devidamente apropriados em conta de Resultado. Abaixo os saldos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

2.046.006 2.313.047 Dividido em: 102.520 Passivo Circulante 241.361 Exigível em Longo Prazo 2.071.686 1.943.485 NOTA 21 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS/CÍVEIS/

NOTA 22 - REVERSÃO DE PROVISÕES CONSTITUÍDAS (Redutora de Despesas Administrativas Os saldos de R\$ 95.920 em 2011 refere-se a reversão de provisão de R\$ 77.939 de perdas contabilizadas em anos anteriores de duplicatas de clientes, ora quitadas no exercício (Nota 17), e a reversão de baixa de bem do ativo imobilizado no valor de R\$ 17.981,

1.900.385 relativos a dezoito 18) parcelas e no Não Circulante, R\$ 399.314 relativo as

conforme a Nota 18.

NOTA 23 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS (Conta de Resultado)

O saldo registrado em 2011 de R\$ 1.206.384 é demonstrado pelo quadro abaixo, sendo as de maior relevância "Perdas no recebimento de créditos" que compõem a contabilização do aumento de Provisão para Devedores Duvidosos - PDD de R\$ 222.907 (Nota 17); R\$ 683.489 relativo à baixa registrado em Desapropriação do Imóvel de Governador Valadares devido a sua nulidade (Nota 11); R\$ 112.402 referese aos valores de ativos contingentes baixados do Município de Felixândia e Oliveiro Fernando Nogueira Lima (Nota 15). "Indenização a clientes": relativo aos valores pagos ao Cliente CONAB pela perda de produto, cuja receita de venda dos serviços foi incluída a sobretaxa prevista para indenizar possíveis perdas na operação de armazenamento conforme contrato CONAB/CASEMG.

NOTA 24 - CAPITAL SOCIAL

NOTA 24 - CAPITAL SOCIAL

Em dezembro de 2011, o capital social de R\$ 26.814.711, é formado por 94.87% em ações ordinárias e 5,12% em ações preferenciais sem valor nominal, cuja composição acionária é a seguinte: Governo Federal (92,6%): CONAB (7,05%): BDMG (0,21%); Outros (0,14%). NOTA 25 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES Em 2011, foram efetuados ajustes de exercícios anteriores no período, totalizando o saldo devedor de R\$ 17.020. Sendo: débitos de R\$ 30.025 e créditos de R\$ 13.005, decorrentes

2010 (218.368) Despesas Financeiras Juros e VM, pagos ou incorridos ... Multas dedutíveis e indedutíveis 86.522 104.309

413.294 Taxa de Permanência Apropriação de juros e multas Renda de aplicação financeira 81.134 Variação Monetária Ativa.... Em 2011, o aumento da conta de juros, se deu devido a apropriação dos juros do parcelamento da dívida do REFIS, requerida em 2009, cujo processo foi consolidado NOTA 27 - DOS RESULTADOS

ente Oliveiro Fernando Nogueira Lima, conforme Nota nº. 15 NOTA 28 - COBERTURA DE SEGUROS Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e intempéries em valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros com as mercadorias de propriedade de terceiros depositadas em seus armazéns.

NOTA 29 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS

GLYCON TERRA PINTO JUNIOR - Diretor-Presidente Técnico Operacional BERNARDO CREIMER CHERMAN - Diretor Administrativo VANDA LÚCIA BATISTA - Diretora Financeira

pela sociedade como uma Empresa de sucesso pelos resultados que gera para seus clientes, acionistas, colaboradores, parceiros e comunidades". Nesse sentido, e objetivando o aumento de produtividade e qualidade dos serviços inerentes à armazenagem, o que permitirá a conquista de novos clientes, sobrepondo à concorrência, bem como levando-se em conta à situação estratégica da Companhia como instrumento de política agrícola governamental, suas áreas técnicas especificaram investimentos físicos considerados prioritários à concretiação dos objetivos mencionados. Para tanto, a Administração estará buscando aporte de capital junto à União, acionista majoritária, visando melhorar a eficácia da empresa, devendo ser levado em consideração para investimentos em cada Unidade de Armazenagem e Negócios-UAN, o plano de negócios atual, o planejamento estratégico e a capacidade de crescimento neste nicho de mercado. Por fim, é forçoso reconhecer que, mais um ano operando no mercado de armazenagem, não faltou à Administração o apoio decisivo e a confiança de fornecedores, clientes, parceiros, acionistas e, especialmente, dos funcionários dedicados e comprometidos com a Missão e a Visão de negócio e valores da Companhia. A todos, sinceramente, o agradecimento da Diretoria, em especial à União, acionista majoritária, pela confiança depositada. A ADMINISTRAÇÃO

Denise Deckers do Amaral, Maria Auxiliadora Domingues de Souza,

Caio Tibério Dornelles da Rocha, Glycon Terra Pinto Junior, José Magalhães de Sousa, Pedro Araújo Cardoso. Demonstrações de Resultados Exercícios Findos em 31 de Dezembro Em Reais

	Nota	2011	2010		
RECEITA DE VENDA DE SERVIÇOS		19.690.286	17.388.615		
(-) Deduções da Rec. de Vendas e Serviços		2.006.084	1.635.778		
(-) COFINS E PIS Não Cumulativo,					
ISSQN, ICMS		2.542.717	2.202.023		
(+) Créditos PIS/COFINS Não Cumulativo		536.633	566.245		
Receita Líquida de Vendas de Serviços		17.684.202	15.752.837		
(-) Custos dos Serviços Vendidos		14.655.973	13.887.090		
Lucro Bruto		3.028.229	1.865.747		
(-) Despesas Operacionais		7.984.479	7.138.347		
(-) Despesas gerais e administrativas		4.712.551	4.217.411		
(-) Contingências Trabalhistas e Cíveis		3.367.848	2.922.235		
Reversão de provisões constituídas	22	95.920	1.329		
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		344.115	(2.689)		
Outras Receitas operacionais		1.550.499	1.629.922		
(-) Outras Despesas Operacionais	23	1.206.384	1.632.611		
Outras Receitas (Despesas) Financeiras .		(184.575)	57.824		
Receitas financeiras/VMA		413.294	276.192		
(-) Despesas Financeiras		597.869	218.368		
Resultado Operacional		<u>(4.796.710)</u>	(5.217.465)		
Outros Resultados		(1.907)	(11)		
(-) Perda na Baixa de Ativo Imobilizado		1.907	11		
Lucro (Prejuízo) Antes dos Tributos					
Sobre o Lucro		(4.798.616)	(5.217.476)		
Resultado Líquido do Exercício		(4.798.616)	(5.217.476)		
Lucro (Prejuízo) líquido por lote de mil ações					
do capital social		(0,001)	(0.001)		
Quantidade de ações ao final do exercício	40	0.212.516.561 4	0.212.516.561		
As notas explicativas da administração são parte integrante					
das demonstrações financeiras					

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de Dezembro - Em Reais Patrimônio Líquido <u>Consolidado</u> Capital Nota Integralizado Saldos Iniciais em 31/12/2010 26.814.711 (3.893.497)22.921.214 31/12/2010
Ajustes de exercícios anteriores a 2011
Lucro (Prejuízo) do Exercício 2011
Saldos Finais em 31/12/2011 (17.021)(4.798.616) (4.798.616 (8.709.133) 26.814.711 As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras Demonstração do Fluxo de Caixa Método indireto para o Exercício Findo em 31 de Dezembro - Em Reais ATIVIDADES OPERACIONAIS
Prejuízo do exercício

3.371.330 **2.019.425**

124.383

(66.484)

683.489

(54.605)

(13.590) (37.368)

(47.633)

104.096

500.000

26.450

459.95

(3.855 279.566 (8.710

(168.880

425 140.287

95.831 478.833 713.210

500.000

61.970

(5.217.477 3.051.832 57.154 (47.410

)	Despesas juros	
)	Receitas juros	
	Perda do imobilizado	
	Reversão de provisões de créditos	
	Provisão para contingências	
	Prejuízo de exercício ajustado	
	Variações ATIVO	
	Diminuição de Contas a Receber Clientes.	
	Aumento (Diminuição) de Conc. D. R. Uso	
	Diminuição da Desapropriação de Imóveis	
	Aumento (Diminuição) Despesas Antecipadas	
	Aumento (Diminuição) Ressarcimento Clientes	
	1	

(109.189)Aumento (Diminuição) Adiantamentos Aumento (Diminuição) outras contas a receber Aumento (Diminuição) Prefeitura Frutal
Aumento (Diminuição) de provisão de perdas Total

Variações PASSIVO

Aumento (Diminuição) de Fornecedores ...

Aumento (Diminuição) de Obrigações Fiscais

Aumento (Diminuição) de Obrigações Fiscais

Aumento (Diminuição) de Obrigações a Terceiros

Aumento (Diminuição) de Parcelamento CEMIG (CP/LP)

Diminuição Provisão Contingências Trabalhistas (CP/LP)

Aumento (Diminuição) Parcelamento REFIS

Total (252.111)(252.111) 61.9/0 83.154 (105.424 115.018 17.046 (10.247) 36.131 (357.169) 320.945 (1.947.266) (1.571.955 267.041 (205.040 (2.101.580) (1.446.328

ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS Aquisições do Ativo Imobilizado Aumento (Diminuição) líquido de Caixa .. Caixa no início do período Caixa no fim do período

33.654 9.327 O CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO

2010 112.302

2010 2.251.046 2.046.006 Dívida Consolidada . 220.920

NOTA 21 - PROVISAO PARA CONTINGENCIAS TRABALHISTAS/CIVEIS/ PENSÕES JUDICIAIS (Passivo Circulante e Não Circulante) A Companhia mantém a provisão para contingências de R\$ 1.820.998, registrada no Passivo Circulante (R\$ 1.332.443 de contingências trabalhistas e R\$ 488.555 de ações cíveis) e R\$ 3.482 de pensões judiciais. A Nota nº. 12 demonstra os valores que foram bloqueados pela justiça e os depósitos judiciais no montante de R\$ 1.454.798 que serão utilizados para liquidação das ações após decisão judicial. Também estão registrados os saldos remanescentes de acordos trabalhistas firmados em 2011: no Circulante R\$ 1.900.385 relativos a decordos trabalhistas firmados em 2011: no Circulante R\$

de erros de provisões registrados nas contas de Fornecedor e Provisão para Férias. NOTA 26 - DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS saldos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, referem-se as despesas financeiras pagas ou incorridas, deduzidas das receitas financeiras, conforme demonstr mos abaixo

554.102 23.268 20.500 Comissões, despesas bancárias e outras . Receitas Financeiras 276.192 122.905 97.710 12.342

NOTA 27 - DOS RESULTADOS

Em 2011 causaram impacto negativo no Resultado do Exercício: o montante de R\$
3.367.848 proveniente de contingências trabalhistas e cíveis registrado nas "Despesas
Administrativas", mais R\$ 1.018.798 apurado de "Perdas no recebimento de Créditos",
basicamente do valor registrado na conta "Desapropriação de Imóvel" no Ativo Não
Circulante de R\$ 683.489, devido à nulidade da escritura de desapropriação do imóvel de
Governador Valadares e baixa dos valores em cobrança judicial de R\$ 112.403 do Município

Os valores da maior e menor remuneração dos Administradores da Companhia são R\$ 9.958 e R\$ 5.036 respectivamente, e dos empregados são R\$ 8.828 e R\$ 567, respectivamente.

DIRETORIA

Contador: José Maria Lopes - CRC-MG - 49.680/0-0

DE MINAS GERAIS - CASEMG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após ter examinado o Balanço Patrimonial da CASEMG, as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas e o Relatório da Administração, relativos ao exercício findo em 31

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Notas Explicativas e o Retatorio da Administração, relativos ao exercicio findo em 31 de dezembro de 2011, e, tendo por parâmetro do Relatório da Auditoria Interna e o Parecer dos Auditores Independentes R&R AUDITORIA E CONSULTORIA, manifestase pelo encaminhamento da documentação à Assembleia Geral dos Acionistas, por entender que as demonstrações refletem em todos os aspectos relevantes, as situações patrimonial, financeira e de gestão da Empresa, entretanto devem ser observadas as recomendações que foram efetuadas pelo CONFIS e pela Auditoria Interna, como explicitados nas Atas 132 e 133, realizadas nos dias 31 de janeiro e 16 de fevereiro de 2012 respectivamente. Brasília, 14 de março de 2012 (a) Cláudio Cava Corrêa - Conselheiro (a) Manuel Vitorino Sousa Neto - Conselheiro

> (a) Ho Yiu Cheng - Conselheira. (a) Cleide Edvirges Santos Laia - Conselheira (a) Ricardo Cardoso Alves Meirelles - Conselheiro RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

CASEMG - Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais Belo Horizonte/MG.

aminamos as demonstrações financeiras da CASEMG - Companhia de Armazéns e

Silos do Estado de Minas Gerais, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim

Diretores, Conselheiros e Administradores da

como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras - A administração da CASEMG - Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas derais é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstraçõe financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles

demonstrações financeiras livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro. Responsabilidade dos Auditores Independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a

internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de

auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras sejam livres de distorções relevantes. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorções relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causadas por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas

mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia internos da CASEMG - Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião - Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras representam, adequadamente em todos os aspectos relevantes e com suficiente divulgação, a posição patrimonial e

financeira da CASEMG - Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais em 31 de dezembro de 2011, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônic líquido e seus fluxos de caixa, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade aplicados no Brasil. **Ênfase** - A companhia procedeu em 2010, a reclassificação em sua DRE, dos grupamentos de "Custo dos Serviços Vendidos" e "Despesas Operacionais Depreciação", de forma a segregar os custos de depreciação naqueles grupos. Embora os registros contábeis/balancetes a demonstrassem em custos e despesas, eram

apresentados na demonstração do resultado à época, somente como despesas operacionais, motivo da reclassificação. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2011, examinamos também esses ajustes, que foram realizados para alterar as demonstrações contábeis de 2010. Até a emissão desse Parecer, não recebemos da auditoria anterior, manifestação quanto as alterações. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2010 e, portanto não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações

Outros Assuntos - Em virtude da alteração da DRE pelos motivos expostos no parágrafo de ênfase, esse Relatório substitui o emitido anteriormente, datado de 17 de fevereiro de 2012, que passa a ser sem efeito.

contábeis de 2010, tomadas em conjunto.

R&R - AUDITORIA E CONSULTORIA CRC/MG nº. 5.198 - CVM nº. 8460.

(a) Luiz Carlos Rodrigues e Rodriguez CONTADOR - CRC/MG n°. 21.055